



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2012.0000666647

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0110774-21.2005.8.26.0100, da Comarca de São Paulo, em que é apelante MARCOS EMERSON RODRIGUES (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.

ACORDAM, em 31ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmo. Desembargadores ADILSON DE ARAUJO (Presidente) e PAULO AYROSA.

São Paulo, 11 de dezembro de 2012.

FRANCISCO CASCONI
RELATOR
Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

APELAÇÃO SEM REVISÃO Nº 0110774-21.2005.8.26.0100
31ª Câmara de Direito Privado
COMARCA : SÃO PAULO
APELANTE : MARCOS EMERSON RODRIGUES
APELADA : PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
Juíza 1ª Inst. : Valéria Longobardi Maldonado

VOTO Nº 23.766

RESPONSABILIDADE CIVIL - ACIDENTE DE
TRÂNSITO - SEGURO OBRIGATÓRIO – LESÃO
NO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO -
INVALIDEZ TEMPORÁRIA – HIPÓTESE QUE
NÃO AUTORIZA PRETENDIDA COBERTURA –
ARTIGO 3º DA LEI Nº 6.194/74 - DECRETO
DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDO – RECURSO
IMPROVIDO.

Trata-se de apelação interposta contra r. sentença de
fls. 127/129, cujo relatório adoto, que julgou improcedente ação
de cobrança de seguro obrigatório, condenado o autor no
pagamento das custas, despesas processuais e honorários,
observada gratuidade.

S Recorre o vencido em busca de reforma. Sustenta,
em síntese, existência de sequelas permanentes em virtude do
acidente automobilístico, fazendo jus à indenização no importe
de 40 salários mínimos. Aduz que o seguro é devido mesmo em
caso de invalidez parcial. No mais, tece considerações acerca do
CNSP, juros, correção monetária e honorários sucumbenciais.

Recurso regularmente processado, sem resposta.

É o breve relatório.

O recurso não merece prosperar.

A pretensão do demandante funda-se na Lei nº 6.194/74, que dispõe sobre seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores em via terrestre.

Incontroverso nos autos, no dia 23.05.1999, o promovente foi vítima de acidente de trânsito com motocicleta, o que lhe ocasionou fratura exposta dos ossos da perna esquerda, ramo púbico e acetábulo esquerdo, demandando pronta intervenção médica, consistente em tratamento cirúrgico, limpeza, redução cruenta e osteossíntese com fixador externo, associada a tratamento medicamentoso e sessões de fisioterapia.

Pois bem, rege o artigo 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que os danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, cobertos pelo Seguro Obrigatório, compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares.

Com efeito, a prova técnica elaborada pelo IMESC (fls. 111/115), aponta, de maneira insofismável, que *“do exposto acima concluímos que o periciando apresenta uma incapacidade parcial e temporária para exercer suas atividades laborativas normais”* (fls. 114).

Em resposta ao quinto quesito da ré – *“Queira o Dr. Perito esclarecer se a diminuição ou perda de função de algum órgão do periciado é de caráter permanente ou temporário; e em que percentual este órgão está lesionado”* (fls. 63) - afirmou o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

expert, "Temporário. No momento de acordo com a tabela da Susep é de 12,5%".

Nesse prisma, se extrai do contexto probatório conclusão hialina, segura e evidente, no sentido de que a espécie retratada nos autos não se enquadra nas hipóteses de cobertura do seguro obrigatório, posto que invalidez temporária não enseja pagamento de indenização.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso.

FRANCISCO CASCONI
Relator